

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.311 - MG (2019/0357291-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : R DE S DO A (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por R. DE S. DO A. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n.º 1.0000.19.109914-2/000.

Consta dos autos que o Recorrente teve a prisão preventiva decretada, no dia 29/08/2019, pela suposta prática do delito previsto no art. 24-A da Lei n.º 11.340/2006, tendo em vista o descumprimento de medida protetiva concedida em favor da Vítima.

Irresignada com a custódia cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 70-80).

Em suas razões, a Defesa sustenta, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva.

Requer, liminarmente, "*a concessão da ordem, para permitir que o recorrente aguarde em liberdade o julgamento deste recurso*" (fl. 94). No mérito, pleiteia "*a concessão da ordem, para revogar o decreto cautelar, permitir que o recorrente se defenda solto, até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória e, de eventuais recursos raros, para nossas cortes superiores, expedindo-se o competente alvará de soltura*" (fl. 94).

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o acórdão combatido (fls. 73-78; sem grifos no original):

"[...]"

Verifica-se que, ao converter a prisão em flagrante do paciente em preventiva, a autoridade apontada como coatora fundamentou devidamente a sua decisão no caso concreto à luz dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, em especial, na garantia da ordem pública.

Veja-se:

'(...) Com respeito às medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, verifica-se a impossibilidade de aplicação delas na hipótese em tela, em razão da ineficiência, insuficiente e/ou impossibilidade material de fiscalização, justificadas pelo diminuto efetivo das Polícias Civil e Militar na região, responsáveis por garantir o sucesso das investigações policiais e a observância da ordem pública.

Estão presentes os pressupostos e requisitos da prisão cautelar, pois o custodiado descumpriu ordem judicial que deferiu medida protetiva contra ele, sendo a prisão necessária para garantir a execução das medidas protetivas de urgência – CPP, art. 313, III – e há indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva, extraídas das declarações do APFD.

Os fatos já apurados e a gravidade do crime demonstram tanto a inaplicabilidade das medidas cautelares diversas da prisão, quanto o risco concreto à ordem pública e à integridade da vítima caso o autuado seja de pronto colocado em liberdade, valendo destacar que [R.] descumpriu as medidas protetivas de proibição de aproximação e contato com a ofendida, anteriormente fixadas (fl. 06).

É de se frisar, ainda, a periculosidade concreta do flagrantado, conforme sua CAC de fls. 21/23 dos autos, donde se infere que ele já foi preso e processado pela prática de outros delitos, inclusive, envolvendo violência doméstica contra a mesma vítima. Tal reiteração ilícita é mais do que suficiente para evidenciar o risco à ordem pública.

Logo, a prisão preventiva na espécie tem a essencial função de resguardar a ordem pública e a conveniência de regular instrução processual, nos termos do art. 312 do CPP. - ord. 3, fl. 6/8.'

Ademais, em sede policial, a vítima esclarece que:

'(...) Que afirma que há bastante tempo tenta terminar o relacionamento, mas não havia conseguido; que procurou a delegacia da mulher, onde registrou ocorrência, e fez pedido pelas medidas protetivas, sendo que posteriormente, foi informada por uma policial e outro homem, cujos nomes não se recorda, que havia sido concedida a medida protetiva, e que portanto [R.] não poderia se aproximar da declarante; que no entanto isso não o impediu, pois

ele continuou na casa, ameaçando de morte e agredindo fisicamente a declarante (...) - ord . 2 , fl. 4.'

Dessa maneira, estando fundamentada a decisão e havendo indícios de que, em liberdade, o paciente colocará em risco a ordem pública e a integridade física/psicológica da vítima, tendo em vista o seu histórico de violência familiar e a gravidade do caso concretamente considerado, a manutenção do decreto preventivo é medida que se impõe.

Nesse sentido:

[...]

Outrossim , do exame da CAC (ord . 5 , fl. 3 / 6) e da FAC (ord . 5 , fl. 6/8 e ord.6/8)do paciente, verifica-se que ele possui outros procedimentos, em instrução, pela prática de crime de lesão corporal e vias de fatos, uma condenação sem trânsito em julgado pela prática dos delitos de ameaça e lesão corporal, todos cometidos, em tese, no âmbito doméstico e contra a mesma vítima, além de um procedimento em instrução pelo cometimento do crime de furto qualificado e um procedimento em fase de inquérito pelo cometimento dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico, o que denota a sua contumácia delitiva.

Dessa forma, em razão da necessidade de se garantir a ordem pública, acautelar o meio social e evitar eventuais reiterações criminosas, a manutenção da segregação cautelar do paciente é medida que se impõe.

Nessa mesma perspectiva, o STJ já se pronunciou:

[...]

Também estão preenchidos os requisitos descritos no art. 313 do CPP – especificamente, o inciso III do aludido dispositivo –, pois o crime envolve violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo necessária a sua custódia cautelar para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

Destarte, por estarem presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar e tendo em vista as peculiaridades do caso concreto, julga-se ser inadequada e insuficiente a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP."

Com se vê, a necessidade da decretação da prisão preventiva está motivada especialmente em razão do descumprimento das medidas protetivas determinadas em desfavor do Recorrente, fundamento que não se mostra, em um juízo de cognição sumária, desarrazoado ou ilegal, nos termos do art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal.

Nesse sentido, igualmente:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. AMEAÇA. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DO RÉU. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. O Tribunal a quo assinalou a necessidade da constrição diante da necessidade de proteção à integridade física e psíquica da vítima, diante do reiterado descumprimento das medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo, com base na Lei Maria da Penha.

2. A prisão preventiva do Paciente está devidamente fundamentada, haja vista que a jurisprudência considera idônea a decretação da custódia cautelar fundada no descumprimento de medidas protetivas, de acordo com o previsto no art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal.

3. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 467.591/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018; sem grifos no original.)

De outra parte, "[c]onforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019).

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular e ao Tribunal de origem relacionadas ao caso em concreto, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora